



A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES FEMINISTAS NOS ANOS SETENTA

Maria Rosa Dória Ribeiro
Doutoranda em História Social FFLCH – USP
mariosaster@gmail.com

Resumo

As mulheres brasileiras que vieram a compor as fileiras feministas na década de setenta no Brasil eram, na maioria provenientes da oposição à ditadura e das organizações de esquerda. Empenhadas no combate ao regime militar, comprometidas com a revolução socialista e/ou com o retorno à normalidade democrática, resistiram a aceitar o feminismo como relevante para a realidade do país. Na condição de combatentes, e por isso vendo a si mesmas em uma suposta igualdade de gêneros, consideravam, em sintonia com seus companheiros, que a luta de classes resolveria as demais contradições sociais, inclusive as apontadas pelo movimento feminista. Diversos foram os caminhos que as levaram a reconhecer a opressão sexual como uma realidade que exigia o protagonismo feminino na luta para reverter a inferioridade social das mulheres. Para muitas dessas militantes o distanciamento das ações no espaço e no tempo propiciado pelo exílio foi determinante para vivenciarem as próprias contradições. O trabalho político desenvolvido junto às mulheres trabalhadoras e/ou da periferia levou outras a olharem para si mesmas e questionarem seus papéis sociais. Em todos os casos, e em processos pessoais, assumir a identidade feminista implicou em rupturas internas, externas e na reconstrução de si mesmas.

O movimento feminista brasileiro que eclode na década de setenta, na sua vertente paulista, se compõe a partir de três matrizes. Foram elas: as mulheres ligadas a militância política de oposição à ditadura, as organizações femininas criadas nas paróquias da Igreja Católica e finalmente os pequenos grupos de reflexão/conscientização sobre a condição da mulher na sociedade. Das primeiras faziam parte as militantes das várias organizações democráticas e de Esquerda, fundadoras e organizadoras do Movimento Feminino pela Anistia, dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, entre outras iniciativas. As organizações vinculadas à Igreja deram origem a movimentos populares tais como Luta por Creche e Movimento contra o aumento do Custo de Vida, e apoiaram muitas vezes associações de donas de casa da periferia. Os grupos de reflexão/conscientização eram os que tinham mais acesso às informações sobre o Movimento Feminista europeu e norte-



americano, e com eles se identificavam. Tais matrizes não obedeciam a uma divisão estanque. Muitas vezes, as ativistas militavam simultaneamente em mais de um agrupamento.

Há uma polêmica e uma disputa de poder quanto às narrativas fundadoras da segunda onda feminista no Brasil, como afirma Joana Pedro. O ano de 1975, proclamado pela ONU o Ano Internacional da Mulher até hoje é tido como um marco do reaparecimento do feminismo no Brasil. Eventos realizados naquele ano, no Rio de Janeiro e em São Paulo, patrocinados pelo Centro de Informação da ONU tiveram importantes desdobramentos. Suas organizadoras reivindicam a iniciativa e o mérito de ter aproveitado a oportunidade para inaugurar mais uma frente de ação na luta contra a ditadura. Ou de ter introduzido o feminismo no Brasil. Estas mulheres, por estas razões chamadas *feministas históricas*, assim são consideradas e se consideram.

A disputa a que se refere Joana Pedro acontece em razão da importância que adquiriu a luta pela emancipação das mulheres desde então. Como afirma tal autora, das lutas libertárias travadas no século XX, esta é uma das poucas que sobreviveu e se desenvolveu. Há dimensões desta disputa que dizem respeito à importância histórica que as participantes podem cobrar, segundo maior, ou mais lúcido protagonismo nos acontecimentos da década de setenta. E naturalmente o critério de lucidez é dado pelos desdobramentos posteriores das iniciativas e eventos de então. A disputa gira em torno de alguns fatores. Um deles é quanto à clareza do teor das lutas feministas. Nesta disputa o embate se dá, grosso modo, entre as que se dispunham a pesquisar e entender as causas da opressão exercida sobre a mulher, e as que possuíam a convicção de que tal opressão não passava de um aspecto da opressão de classe. Este embate foi protagonizado pelas feministas com seus grupos de reflexão e consciência, e as militantes organizadas, ou sob influência mais direta, das organizações de Esquerda.

Outra disputa gira em torno da significação e da apropriação do termo feminista. Ninguém abria mão do termo, embora cada uma conferisse a ele o sentido que melhor se encaixasse em sua posição ideológica. Também quanto à adequação das causas específicas no contexto da luta contra a ditadura há aquelas que consideram terem interpretado corretamente a realidade daquele momento ao se oporem àquelas demandas. De acordo com tal visão, a luta pela derrubada da Ditadura exigia unidade de ação, de liderança e de foco no objetivo principal. Outrossim, há quem considere autoritarismo a tentativa de enquadrar as autênticas inquietações quanto à especificidade da opressão sofrida pelas mulheres nos parâmetros da luta de classes. Sobretudo porque segundo este enfoque, em ambas as posições todos estavam comprometidos com o retorno à democracia.



Tratava-se tão somente de conhecer melhor as características da dominação/subordinação de caráter sexista existentes na sociedade brasileira.

A partir de 1975 o dia 8 de março pode ser comemorado publicamente nas ruas e praças das cidades onde havia militância para tal, fato este de grande importância para o desenvolvimento do feminismo em São Paulo. Nesta ocasião se reuniam as diferentes organizações de mulheres, de diversas procedências políticas e sociais, e com variadas pautas de denúncias e reivindicações.

No que diz respeito ao manancial de militantes para o feminismo pode-se dividir as mulheres que se empenharam nas diversas formas de luta contra a Ditadura, em dois grupos. As que, tendo ou não sofrido a tortura e a prisão, se exilaram e viveram anos fora do Brasil, e as que aqui permaneceram. Se os caminhos da construção da identidade feminista são necessariamente individuais, pode-se encontrar alguns fatores de regularidade nesta trajetória entre os dois grupos. Naturalmente, as mulheres que se viram diante da realidade do exílio vivenciaram um distanciamento das lutas travadas e de seus papéis nelas. Isso lhes permitiu reavaliar suas militâncias nas organizações de Esquerda às quais estiveram vinculadas. Foram inevitavelmente influenciadas pelas realidades dos países nos quais moraram. As distâncias de todas as ordens, físicas, geográficas, políticas, sociais, emocionais entre outras, fez com que tais mulheres tivessem que lançar mão de lentes de aumento para reenxergar a si mesmas e o Brasil. A busca por compartilhar suas vivências tornou-se estratégia de sobrevivência psicológica. As suas vidas foram, involuntariamente, viradas do avesso da maneira mais radical. A relativização de suas verdades e convicções, bem como a abertura para o desconhecido foram impostas e aceleradas pelas circunstâncias. A maioria destas mulheres **teve que mudar** para sobreviver.

As mulheres que aqui permaneceram enfrentaram, na maioria dos casos, o medo, as apreensões de todas as espécies, a prisão, a tortura, a morte de muitos de seus companheiros, processos penais, condenações, esfacelamento de suas organizações, em vários casos perdas de seus companheiros de lutas e de vida. Também tiveram que se reconstruir como indivíduos e como pessoas. Muitas vezes, se viram obrigadas a omitir ou esconder seu passado, como já acontecera ao entrar para a clandestinidade, para conseguir a reinserção social, profissional, entre outras. Mas se da primeira vez fizeram isso com esperança e confiança na vitória, na segunda o sentimento era de revolta, de derrota e humilhação. Enfrentaram discriminações e incompreensões quanto às suas progressivas participações nas organizações de combate à Ditadura. Procuraram então manter consigo o que havia de realmente próprio, as suas ideologias. Neste caso, a estratégia de sobrevivência foi agarrarem-se às suas verdades e convicções como forma de não capitular diante do inimigo. Para



estas mulheres o inimigo continuava presente e ameaçador. Sustentar suas posições políticas e ideológicas, e buscar formas de atuar de acordo com elas era a maneira que encontravam de manter sua integridade através da coerência, e dar prosseguimento ao combate. Da reconstrução de si mesmas fazia parte a reconstrução de suas militâncias, neste caso com mais ajustes de forma do que de conteúdo. Estas mulheres, ao contrário das que viveram fora, buscaram sua sobrevivência na **conservação** de seus valores e crenças.

Já antes do retorno das exiladas o incipiente movimento feminista se ressentiu da defasagem criada por tal dicotomia. Entretanto também se pode afirmar que se beneficiou dela pelo diálogo travado entre ambas as vertentes. Embora no mesmo campo político, as exiladas assimilaram as idéias feministas mais rapidamente. Este foi um dos conflitos que fez avançar o movimento feminista no Brasil, e que o caracterizou.

As mulheres que se engajaram nas lutas contra a ditadura, da Esquerda ou não, eram frequentemente, oriundas da pequena-burguesia. Carregavam os valores desta classe social em relação a uma série de aspectos da vida. Compunham um segmento que aspirava adquirir uma formação profissional. Frequentemente contavam com o apoio e o estímulo de suas famílias para estudar. Sentiam-se privilegiadas em termos de cultura, de oportunidades, e algumas até de situação econômica, conforme depoimentos na obra *Memórias das Mulheres do Exílio*¹. Provinham geralmente, de ambientes familiares com histórico de participação política, e com hábito de discussão sobre o que acontecia no país. Quase todas liam obras de filosofia, política, literatura, entre outras.

As mulheres que aderiram à luta contra Ditadura eram, em sua maioria, muito jovens, na faixa dos 20 anos. Frequentemente eram universitárias, participantes de movimentos culturais populares e/ou de atividades promovidas pela Igreja progressista. Eram todas imbuídas de profundo sentimento de justiça social. Diferenciavam-se do universo das garotas da mesma idade pelas rupturas que promoveram em seus comportamentos pessoais: cursarem escola superior, participarem do movimento estudantil, não casarem, questionarem o tabu da virgindade, abdicar da maternidade. Sentiam-se superiores por suas posturas e convicções. Embora todas estivessem dispostas a lutar por seus ideais de justiça e liberdade o engajamento se deu, muitas vezes, em função de suas relações familiares e de suas parcerias afetivas. Outras vezes em função da precipitação dos acontecimentos políticos no país, e do clima revolucionário no qual estavam inseridas. Entrar na luta como *soldado* da revolução socialista, sem se diferenciar dos companheiros

¹ ALBERTINA DE OLIVEIRA COSTA et alii (orgs). *Memórias das mulheres do Exílio*. Ver depoimento de Maria do Carmo Brito, pg. 74 e 75; Vânia, pg. 114; Sonia, pg. 242 entre outros.



homens, dispostas a sacrifícios heróicos, era coerente com as suas posturas peculiares no universo feminino vigente. E embora, muitas vezes não dominassem tão bem os conhecimentos teóricos que levavam ao projeto revolucionário, tinham grande comprometimento com a luta. Eram envolvidas e procuravam se espelhar no perfil idealizado do combatente: comprometido, corajoso, capaz de enfrentar qualquer dificuldade em nome da causa. E sempre davam prioridade ao coletivo em detrimento do indivíduo.

A clandestinidade na qual tiveram que mergulhar, por exigência tática e por sobrevivência, fez com que estas mulheres vivenciassem várias contradições de gênero. Entre elas assumir papéis alternativos e ou subalternos nas organizações, que frequentemente adquiriam feições militares, portanto marcadamente masculinas. Em algumas situações elas se encarregavam do trabalho remunerado para que seus companheiros pudessem estudar e discutir táticas e estratégias da revolução, o que evidenciava uma hierarquia de atribuições. Embora pudessem se ocupar circunstancialmente do papel de *provedoras* estavam submetidas aos *gestores*, mesmo sendo as tarefas domésticas divididas, e até assumidas pelos rapazes. Em algumas organizações, as mulheres eram impedidas pelos dirigentes da participação nas ações armadas por suas fragilidades derivadas da menstruação. Evitar filhos era uma norma tácita entre os revolucionários que necessitavam dedicar toda a sua energia para as tarefas da revolução. Muitas vezes, seus envolvimentos e namoros foram controlados pelos dirigentes sob a alegação de cuidados com a segurança. Raramente estas situações foram objeto de questionamentos por aquelas militantes. Tudo se fazia em nome da revolução. O caráter das relações não era objeto de reflexão.

Foi no exílio que começaram a perceber, sentir e processar as diferenças que havia entre os diferentes papéis do homem e da mulher inclusive nas lutas e tarefas revolucionárias. Tais mulheres romperam com os valores de gênero até então estabelecidos. E também com os valores de hierarquia estabelecidos pelo poder arbitrário dos militares. O envolvimento com a ação política oposicionista fez com que esta atividade adquirisse a centralidade em suas vidas. As circunstâncias fizeram com que todos os outros aspectos de suas vidas fossem ignorados, relevados ou postergados. O exílio possibilitou às mulheres a vivência de dificuldades distintas das que haviam enfrentado no combate. A necessidade da sobrevivência sem qualificação para o trabalho foi uma delas. Se tinham algum nível de profissionalização nem sempre dominavam o idioma. Muitas vezes tinham que se adaptar a outra cultura, enfrentando dificuldades como descasamentos, gestações, criação de filhos, abortos, luta pela sustentação econômica. Tudo isso distante de seus familiares, de suas raízes, de seu entorno social. Até a prisão ou o exílio, compartilhavam os afazeres e os ideais



revolucionários com seus companheiros de organização. No exílio encontravam-se com seu *destino manifesto* feminino, assumindo cuidados e responsabilidades familiares, nos seus postos de esposas, mães, donas de casa, e às vezes ex-mulheres. E quando a todos os seus papéis tradicionais, somavam o de trabalhadora, mais ainda sentiam a desproporção de suas atribuições em relação aos seus maridos. Tais situações fizeram com que elas entrassem em contato com as suas individualidades até então postergadas. Fez também com que elas compreendessem e sentissem o peso das tradições culturais e valores femininos de que eram herdeiras, os quais não haviam questionado em suas concepções revolucionárias².

Em alguns países em particular, as brasileiras tiveram chance de entrar em contato com reflexões e ações em torno do *ser mulher*. A França é o melhor exemplo por ter existido em Paris, na esteira do explosivo movimento feminista daquele país, o Círculo de Mulheres Brasileiras³. Tal entidade reunia mulheres do Brasil, para conversar e refletir sobre o que significava para elas *ser mulher*, e desenvolver uma prática voltada aos interesses das mulheres.

No Brasil, nos anos 1970, em função da derrota sofrida, a Esquerda resolveu mudar sua estratégia revolucionária incorporando as *massas*. Grande parte das mulheres de Esquerda, e simpatizantes, que aqui permaneceram, reconstituíram sua militância através da atuação em entidades femininas. Passaram a atuar nas associações de donas de casa, nos clubes de mães e outras associações que reuniam mulheres da periferia. Sob o abrigo da Igreja, tais *quadros* procuravam imprimir uma direção à esquerda para melhor articular as lutas pela infra-estrutura urbana com as lutas femininas.

O movimento popular de mulheres foi composto majoritariamente por donas de casa. Para muitas delas, a participação naquelas entidades era prazerosa. Representava uma escapada da monotonia do trabalho doméstico, propiciava interação e colocava-as em contato com o mundo, por assim dizer. Constatavam assim a semelhança de seus problemas e necessidades. Falavam sobre as dificuldades nos cuidados com suas famílias, seus casamentos, custo de vida, etc. Assim, foram formulando suas demandas políticas. E na medida em que travavam a luta se davam conta das dimensões de sua opressão.

² Idem.

³ O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris foi um agrupamento daquelas residentes naquela cidade, que se formou em outubro de 1975, e que reunia semanal ou quinzenalmente cerca de 80 mulheres para refletir sobre suas vivências enquanto tal. Tal coletivo também difundia informações sobre a situação e a luta das mulheres no Brasil, promovia campanhas pela libertação de prisioneiras políticas, solidarizava-se com outras latino-americanas e participava das atividades do movimento feminista francês.



Outros grupos mais identificados com o movimento feminista internacional e mais voltados para a busca da emancipação feminina foram se constituindo. Em geral associados a brasileiras que haviam vivido na Europa ou nos EUA, onde o feminismo repercutia intensamente e se consolidava como movimento político, intelectual, e social ao lado de outros, como o movimento negro e o movimento estudantil.

Duas redes de mulheres provenientes das camadas médias abasteceram as organizações que introduziram o feminismo no Brasil, segundo Sonia Alvarez. As universitárias militantes da oposição, e as mulheres acadêmicas e profissionais de outras áreas. As duas redes eram movidas pelo espírito da investigação sobre as características da opressão sofrida pelas mulheres. Ambas estiveram presentes nas mobilizações ocorridas a partir de meados da década de 1970.

Tais grupos, mais permeáveis as influências do movimento feminista norte-americano e europeu, e menos vinculado organicamente à Esquerda, foram tão mais fustigados por esta quanto mais afirmavam que a discriminação à mulher ocorria em todas as classes. Ao deslocar a mulher trabalhadora do centro do debate, eram acusadas de procurar introduzir um *feminismo imperialista*, ou o *feminismo burguês* nas lutas do povo brasileiro. Afirmar a pauta feminista significava contestar a tradição do movimento comunista internacional sobre o trabalho feminino de *massas*⁴. E poderia levar à divisão na luta pela emancipação do proletariado. Poderia demandar uma autonomia política que fugiria ao controle e à centralidade da luta pela derrubada da Ditadura.

Maria Lygia Quartim de Moraes, ativista do movimento, afirma que havia uma constante preocupação das organizações de mulheres de caráter apartidário, sob a influência da Igreja, em se diferenciar como grupos *femininos* dos *feministas*, que eram vistos como radicais e adeptos da luta contra o homem. Os próprios grupos feministas assumiam o preconceito antifeminista porque também queriam se legitimar diante das forças democráticas. Empenhavam-se mais em negar as características negativas que lhes atribuíam do que em reafirmar suas idéias. E se policiavam combatendo os grupos de reflexão, dos quais, por sua vez, também buscavam se diferenciar. O preconceito fazia com que vissem tais grupos como reunião de mulheres ociosas e ricas que não tinham mais o que fazer do que discutir sua “opressão”. A autora registra ter havido dificuldade das feministas se assumirem como sujeito da opressão e assim reconhecerem-se como praticantes dos grupos de reflexão. Tratavam informalmente de suas inquietações, frustrações, medos. Em razão da *patrulha ideológica* que haviam incorporado não se permitiam falar de abortos, anticoncepcionais, dependência econômica, ausência ou excesso de libido nas relações conjugais, prepotência e

⁴ Tal tradição estabelece que o trabalho político com mulheres deve ser feito com vistas a neutralizar seu potencial caráter reacionário, além de mobilizar uma força tarefa para auxiliar na revolução.



mandonismo de maridos, entre outros, como problemas seus, como muitas vezes eram. O *feminismo* então praticado fazia com que estes problemas só adquirissem força de argumento e de questionamento quando se tratasse das *outras*, as operárias, as moradoras pobres da periferia, etc.

Nas preparações dos Congressos da Mulher Paulista e dos *8 de março*, a cada vez, surgiam mais organizações para integrar a coordenação: os jornais feministas, as diversas entidades populares de mulheres da periferia, as mulheres negras organizadas, as lésbicas, entre outras. Cada qual com a sua compreensão a respeito da opressão feminina e com sua proposta de encaminhamento das lutas. Havia uma confusão entre a reivindicação da igualdade e a afirmação do direito à diferença.

Em meio a tanta diversidade, o que não havia era a clareza quanto a principal divergência: a concepção conservadora das lutas feministas versus a visão revolucionária. O que se apresentava como reivindicação específica era combatido pelas guardiãs da luta de classes, que se afirmavam revolucionárias. Tais militantes, no entanto, eram conservadoras à medida que brigavam por manter a subalternidade das lutas femininas a um projeto de revolução socialista. Na outra ponta se encontravam as defensoras das questões específicas, que questionavam todas as formas de subalternidade. Levantavam problemas comuns enfrentados pelas mulheres das várias classes sociais e reivindicavam autonomia na luta que apontava para a emancipação feminina. Entendido como um movimento *burguês* considerava-se que possuía uma visão parcial das transformações necessárias à sociedade brasileira. Entretanto, esta visão considerada reformista era a que levaria às transformações revolucionárias nos padrões de relações sociais entre homens e mulheres. Revolucionária porque poria em questão o patriarcalismo e traria à superfície o gênero como categoria de análise das relações sociais e dos processos de emancipação das mulheres.

A dificuldade das militantes, tanto as de Esquerda, como as *feministas*, de se ver como sujeitos das próprias lutas foi uma marca desta fase inicial do feminismo brasileiro. Quando o fizeram, foram obrigadas a encarar as suas próprias origens de classe e perceber, por um lado, as nuances da opressão feminina de acordo com tal variável. E por outro, aceitar e admitir o caráter sexista da opressão e suas inúmeras manifestações. A visão de si mesmas como “sujeitos” da luta, e o reconhecimento da importância da pauta feminista foi decorrência de um processo de embate entre os diferentes feminismos. A dinâmica do movimento, as diferentes posições das lideranças em torno das bandeiras específicas e gerais provocaram reflexão e avanço nas discussões. As dificuldades quanto a incorporação das bandeiras mais controvertidas, como por exemplo, as ligadas ao livre arbítrio em relação ao próprio corpo (aborto, direito ao prazer, autoconhecimento)



muitas vezes foram superadas nas discussões com as mulheres não engajadas da periferia, e com as trabalhadoras. Estas introduziam como problemas a serem superados as questões que parte da liderança considerava inoportuna para o momento. O feminismo culpado e envergonhado, que sempre demandava justificativa diante dos parâmetros e referenciais da luta pelo socialismo foi aos poucos dando lugar ao reconhecimento das questões que se tornaram centrais desde então, como a saúde da mulher, a violência doméstica, a igualdade civil diante do código penal entre outras.

Bibliografia

- PEDRO, JOANA MARIA. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, n.52, p.249-272. 2006
- COSTA, ALBERTINA DE OLIVEIRA et alii (orgs). *Memórias das mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- ALVAREZ, SONIA. *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1990
- NEHRING, MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. 1981. 329 páginas. Tese de doutoramento. Departamento de Ciências Sociais da FFLCH – USP. São Paulo